

RECENSÕES

CASALEGNO, Alberto: *Gesù e il Tempio*. Studio redazionale di Luca-Atti. Brescia: Ed. Morcelliana 1984. 257 pp., 24x17 cm.

Gesù e il Tempio é um livro que se originou da tese de doutorado do A., defendida na Pontifícia Universidade Gregoriana, sob direção de Dionísio Minguez do Pontifício Instituto Bíblico de Roma.

O livro se compõe de quatro partes, precedidas por introdução e seguidas pela conclusão, bibliografia especializada, índice dos autores e das citações bíblicas.

A *primeira parte* investiga a "manifestação da identidade de Jesus no Templo", fundamentando-se no texto de Lucas 1 e 2: Lc 1, 5-25 (O Templo e o anúncio do nascimento de João Batista); Lc 2, 22-39 (O Templo como lugar da apresentação e proclamação da identidade de Jesus); Lc 4, 9-12 (O Templo como lugar da fidelidade filial posta à prova). Esta parte termina com as seguintes conclusões: Lucas dá ao Templo valor teológico relevante no Evangelho da Infância de Jesus (Lc 1-2); Templo e cidade de Jerusalém fundem-se numa só idéia que exprime o espaço em que se movem os fatos narrados, sendo que de modo especial o Templo é diferenciado quando Jesus se manifesta como Filho do Pai, Deus (Lc 2, 41-49), e é fiel à sua vontade de vencer a tentação (Lc 4, 9-12). Portanto é no Templo, a mais importante instituição de Israel, que Lucas evidencia a realidade e novidade do surgimento

do Cristianismo. O Templo para Lucas não é mais o lugar do sacrifício, porque com o sacrifício de Jesus tal função foi perdida, como também sua sacralidade. Agora é Jesus quem encarna e realiza em si alguns dos aspectos que eram fundamentais atribuições do santuário: Ele é o "Santo" por excelência (Lc 1, 35; 2, 23) que atrai todos os povos (Is 2, 1-5; Mq 4, 1-2) e ilumina todas as nações. Por fim, é o Templo o lugar definido da concretude histórica e da universalidade da redenção dada em Jesus Cristo.

A *segunda parte* trata da atividade de Jesus no Templo e estuda as perícopes de Lc 19, 45-46 (Jesus entra no Templo e expulsa os vendilhões); Lc 19, 47 a 21, 38 (Jesus ensina no Templo, discute com os chefes religiosos e prediz a destruição do Templo); Lc 22, 4. 5. 52-53 (O Templo no relato da Paixão). Esta parte termina concluindo: o Templo é a meta da viagem de Jesus a Jerusalém, viagem cuja referência já começara a ser feita a partir de 9, 51. Jesus entra como rei messiânico no Templo e como tal exerce poder, expulsando os vendilhões e afirmando a verdadeira função do Templo como casa de oração. É porque o Templo se tornou um covil de ladrões que perdeu seu caráter de lugar do culto. E a rejeição de Jesus, por parte dos judeus que decidem sua morte, marca, para Lucas, o anulamento das instituições véterotestamentárias. Jesus prediz a destruição do Templo como fato intra-histórico distinto do "eschaton", embora relacionado com ele, porque repre-

senta o juízo universal final em que serão condenados os que rejeitam a salvação dada por Jesus Cristo. O Templo já não salva; o véu do Templo já foi rompido (Lc 23, 24). Só Jesus faz a mediação entre os homens e Deus.

A *terceira parte* passa ao livro dos Atos, onde são estudadas as perícopes sobre a presença e ação de Jesus glorificado no Templo através de sua comunidade: a cura do paralítico por Pedro no Templo (At 3, 1-10); a oposição das autoridades e o renovado anúncio de Jesus no Templo (At 4, 1-31; 5, 17-42; 6, 7); a comunidade cristã se separa do Templo (At 6, 9-14: acusações a Estêvão; 7, 2-53: o discurso de Estêvão); a passagem à atividade missionária separada no Templo (At 22, 17-21). Conclusões a esta parte: a) também nos Atos é delineado o relacionamento Jesus-Templo; b) Jesus após a Ascensão continua presente e age na sua comunidade: seu nome cura os doentes e Jesus se faz presente através do anúncio apostólico (3, 1-10; 5, 19-21.42; 6, 13-14). Jesus, através da invocação de seu nome, isto é, de sua presença, cura o paralítico, leva a dar glória a Deus, e tudo isto é atitude de oração própria ao lugar do culto que o Templo deveria ser. Mas agora é Jesus o santuário em que a oração e o louvor a Deus são reais e se cumprem; c) é a partir do Templo que o anúncio do Evangelho se irradia por disposição divina, eficazmente; d) nestas perícopes o Templo aparece sem dignidade sacra, mas como centro do poder e intolerância religiosa; e) com a condenação de Estêvão define-se a figura do Templo: o Templo no qual os judeus se ancoravam para obter salvação mas não

para preparar a era messiânica, torna-se um ídolo que perverte o correto relacionamento entre os homens e Deus; At 22, 17-21, última perícopa, em que Jesus é relacionado com o Templo, é onde Jesus exorta Paulo a abandonar o Templo de Jerusalém; na História da Salvação as instituições culturais vétero-testamentárias devem ser abandonadas para sempre.

A *quarta parte*, "Templo, Culto, Israel, Igreja", trata do culto após o cumprimento da promessa. Aqui se verifica como para Lucas o culto somente se realiza em relação à pessoa de Jesus e não mais com o Templo; e se verifica na comunidade cristã nesta nova economia da salvação. A relação Israel-Igreja é apresentada segundo autores recentes, em vista de salientar como este livro colabora para o esclarecimento da questão, isto é, a tensão entre a separação e a continuidade entre Israel e Igreja. São três pontos de grande interesse que serão apreciados pelos leitores.

A *conclusão* reúne os resultados: a) nos escritos lucanos o Templo é um edifício público freqüentado por judeus, Jesus e cristãos dentro de um quadro jurídico e religioso particular; b) o Templo é a instituição religiosa relacionada com a economia da salvação do AT que atinge o ponto culminante de sua função com o anúncio do nascimento do precursor do Messias; é lugar de oração; Lucas ignora a função de sacrifício do Templo; c) o Templo é o lugar em que Lucas salienta a novidade e o caráter definitivo da salvação dada em Cristo e que em seguida é superado; d) o Templo, perdendo sua função de santuário, evidencia como os judeus apegados a ele, se opõem à nova economia de

salvação; e) Lucas tem presente sempre esta última idéia, mas a expõe aos poucos, lentamente, como foi lenta e gradual a separação entre os cristãos e o Templo; f) se o Templo é frequentado pelos cristãos somente nesta condição é que o Templo se torna casa de oração, porque é na comunidade que Cristo está presente com o Espírito Santo; g) o Templo não é mais o espaço privilegiado, segundo o projeto definitivo de salvação feito por Deus, para o culto, mas lugar de culto é a comunidade cristã.

Já o exame do conteúdo do livro leva a verificar como se trata de um estudo analítico dos textos lucanos a fim de determinar como Lucas, na sua redação própria, entende o relacionamento entre Jesus e o Templo, a comunidade cristã e o Templo.

O conteúdo e o tratamento da temática podem indicar como leitores deste livro somente pessoas prepara-

das no estudo da Sagrada Escritura, professores e estudantes de Teologia.

As edições de livros que tratam do texto original do NT, como de toda a Bíblia, na língua em que foi escrito, tendem a evitar a escrita grega, para não encarecer. Não foi este o caso de *Gesù e il Tempio*. Dispondo de tal recurso, o A. poderia ter recorrido ao texto grego para elucidar melhor o gráfico da p. 30, que, tal como está, supõe do leitor alguma ginástica mental que bloqueia por um tempo a leitura. Porém mérito do A. está em apresentar diretamente o texto grego analisado literariamente ou em esquemas que permitem ver sua estruturação, como na p. 148 (At 3, 2-10); p. 151 (At 4, 12); p. 152 (comparação entre Lc 5, 18-26 e At 3, 1-10); p. 161 (At 5, 17-41); p. 170 (At 6, 11-13); p. 188 (At 7, 51-53).

Valdir Marques

COMBLIN, José: *Introdução geral ao comentário bíblico*: leitura da Bíblia na perspectiva dos pobres. — Petrópolis: Ed. Vozes, 1985. 20 pp., 20,7x13,7 cm. Co-edição: Imprensa Metodista; Editora Sinodal.

COMBLIN, José: *Epístola aos Filipenses*. — Petrópolis: Ed. Vozes, 1985. 65 pp., 20,7x13,7 cm. (Coleção: comentário bíblico NT). Co-edição: Imprensa Metodista; Editora Sinodal.

GORGULHO, Gilberto: *Zacarias*: a vinda do Messias pobre. — Petrópolis: Ed. Vozes, 1985. 134 pp., 20,7x13,7 cm. (Coleção: comentário bíblico AT). Co-edição: Im-

prensa Metodista; Editora Sinodal.

Estamos frente a um “comentário latino-americano da Bíblia”, diz-se na introdução, e, portanto, orientado a uma comunidade cristã com seus desafios históricos concretos. “A leitura do texto faz-se na história” (6). E estes são os três primeiros volumes publicados.

Introdução geral ao comentário: Nela se apresenta a orientação do comentário e os critérios hermenêuticos e pastorais seguidos e pelos quais os autores aceitam ser julgados (cf. 7). O comentário não nasce de especialistas nem está dirigido a eles. Nasce da vivência de fé do povo e está orientado a alimentar a fé e a esperança des-

se povo, majoritariamente pobre e cristão. É um primeiro esboço, destinado a crescer e madurar, mas que não quer substituir a outros comentários: quer antes estimulá-los.

É uma co-edição em perspectiva *ecumênica* muito louvável. A perspectiva não é nova, porque já o Vaticano II alentou a colaboração com os irmãos separados nas traduções, para que possam ser usadas por todos os cristãos e ao mesmo tempo recomendou a adaptação às condições dos leitores (DV 22 e 25). A leitura da Bíblia começa a unir os cristãos, ensinando-lhes uma linguagem comum e comprometendo-os conjuntamente na causa da libertação.

Ao mesmo tempo é um comentário “desde a perspectiva dos *pobres*”. Não temos dúvida em que a Bíblia pode ser abordada desde diversas perspectivas, mas a vantagem desta é ser ao mesmo tempo uma perspectiva muito bíblica e muito latino-americana. Isto é, move-se entre duas fidelidades: fidelidade à Bíblia e fidelidade à realidade. E é uma palavra para esta realidade, para alentar a esperança e a fé de que “apesar de todos os sinais de morte, a vida será mais forte” (9).

O projeto responde a uma verdadeira necessidade pastoral entre nós, pois existe crescente interesse pelo conhecimento da palavra de Deus, mas não há comentários acessíveis à maioria de nosso povo. A realização dependerá sempre dos homens limitados que o vão escrevendo. E os autores são os primeiros a ter consciência de suas próprias limitações (cf. 17 e 20) e da parcialidade do comentário (cf. 6). Mas existe a imparcialidade em estado puro?

Epístola aos Filipenses: J. Comblin consegue escrever um comentário claro e simples desta carta de Paulo, introduzindo ao mesmo tempo aos problemas mais “técnicos” da unidade da carta e das circunstâncias que acompanham sua escrita. Seu maior acerto é apresentar os problemas e temas da carta, relacionando-os com a situação concreta da comunidade e com o hino cristológico de 2, 6-11. O hino é analisado não como peça estranha e sim como “resumo do Evangelho de Paulo”, uma espécie de chave de leitura da carta. O A. adverte que sobre o tema “existem tantos livros e artigos que não podemos discutir aqui todas as interpretações possíveis” (39). A orientação pastoral do comentário obriga a selecionar alguns dados e a prescindir de outros. Mas há momentos em que o simplificar pode empobrecer. E sendo o hino uma síntese do Evangelho de Paulo mereceria um tratamento mais extenso em suas diferentes partes, não só quanto ao despojamento de Cristo, mas também quanto a sua relação com o Pai e ao senhorio de Cristo.

Lamentamos que a tradução de 2, 16 seja só “mensageiros da palavra” e não “mensageiros da palavra *de vida*”. Também não é tão seguro que “eudokía” em 2, 13 só se possa traduzir por “pelo bom entendimento”.

Zacarias: a vinda do Messias pobre: O livro de Zacarias é um livro complicado tanto pela linguagem e visões como pela complexidade do próprio texto. O A. fez um verdadeiro esforço por descobrir a travação interna do livro e soube ressaltar a disposição concêntrica das diversas unidades para captar melhor a mensagem do profeta. Mas essa distribuição concêntri-

ca não mantém a mesma distribuição e numeração do texto no comentário (cf. 85 e 93). Por outra parte fica ressaltada claramente a relação entre a mensagem profética e a situação histórica da comunidade pós-exílica.

Seria de desejar maior precisão e exatidão na exposição. Por exemplo não se diz o que é o Messias e de que Messias se trata. O messianismo é tema muito complexo para supô-lo conhecido. — Também se pode reconhecer que os títulos das secções são sugestivos, mas às vezes dizem mais que a própria explicação ou o texto bíblico: “libertação no interior do país” (46), “situação presente da comunidade” (54) (não se trata só de uma consulta?), ou a expressão “realeza dos pobres na história” (Zc 9, 9-12) (76). — Igualmente seria de desejar precisão no uso das citações bíblicas que nem sempre dizem o que o A. insinua: cf. o uso da citação de Jr 31 nas

pp. 16 e 51, ou o de Is 63, 13 na p. 16, Ag 2, 11 na p. 17... — Por último há dois textos, Zc 10, 4: “dela sairá completamente o opressor”, e Zc 11, 7: “os pobres do rebanho”, que, ainda que sejam muito sugestivos, não são tão seguros do ponto de vista da crítica textual. — Por que se traduz a mesma expressão hebraica uma vez por “apaciar” (Zc 7, 2) e outras por “acariciar” (8, 4) a face de Javé?

De todos os modos, é bom que se tenha começado o projeto e que se procure oferecer a força da palavra de Deus a nossos povos e demonstrar mais uma vez que a Bíblia é “um livro que pode fazer história” (*Introdução*, p. 15). Nosso incentivo ao projeto que “não pretende ser infalível nem perfeito” (ib., p. 17), mas quer expressar e alentar a fé, a esperança e o compromisso dos pobres.

Manuel Díaz-Mateos S.J.

THEISSEN, Gerd: *Estudios de sociología del cristianismo primitivo*
Tradução (do alemão) Francisco Ruiz, Senén Vidal. — Salamanca: Sígueme, 1985. 283 pp., 21,5x13,5 cm. (Coleção: biblioteca de estudos bíblicos; 51)
ISBN 84-301-0975-5

É um bom livro, bem organizado, de leitura fácil, muito estimulante. Trata-se de uma coletânea de oito ensaios, publicados pelo A. em diversos lugares a partir do ano de 1971, ligados entre si por uma temática comum e por uma perspectiva unitária de pesquisa. G. Th. coloca em evidência, a partir de algumas páginas bíblicas escolhidas, os fatores sócio-políticos, sócio-econômicos, sócio-ecológi-

cos, sócio-culturais que estão à base dos relatos e que normalmente são pouco explicitados nas considerações teológicas e exegéticas correntes. Ele reflete sucessivamente sobre a situação social e sobre o tipo de *ethos* dos primeiros evangelizadores, sobre o contexto histórico em que se coloca a profecia de Jesus sobre o templo, sobre o âmbito concreto em que madura o mandamento evangélico do amor aos inimigos. A um estudo das condições sociológicas que permitem a legitimação dos missionários itinerantes primitivos e o seu sustento, seguem-se outros três relativos à comunidade de Corinto, sua estruturação social e as motivações sociológicas dos conflitos nela existentes.

No trabalho o dado bíblico é sem-

pre respeitado e valorizado com exatidão. Se o A. é rigorosamente fiel ao estatuto de sua pesquisa, jamais reduz, por outro lado, a fé a um puro condicionamento sociológico. Ao contrário, várias vezes sublinha sua transcendência, mostrando, contudo, como os comportamentos ou a problemática dela derivados têm relação com as situações históricas precisas nas quais tal fé se desenvolve. A compreensão completa do texto bíblico exige, por isso, uma elucidação de tal situação. O recurso a fontes históricas extra-bíblicas, epigráficas e a descobertas arqueológicas, usado com sobriedade e no momento oportuno, ajuda a mostrar a analogia existente entre as problemáticas próprias da história do cristianismo primitivo e as dos ambientes filosóficos ou religiosos contemporâneos. Fica evidenciada assim, seja a continuidade dos moldes e paradigmas comuns, seja a novidade que o existir cristão comporta.

G. Th. oferece, pois, ao leitor, além de uma pesquisa específica, também um ensaio de metodologia para a abordagem dos textos bíblicos, contribuição certamente interessante para a problemática teológica da América Latina. Ela representa a continuação legítima e necessária da investigação do NT que privilegia a análise literária, a estruturalista ou a que se baseia sobre o método da "história das formas". Tal perspectiva, relativamente nova, na leitura dos textos revelados, indica um caminho promissor: de fato, não basta — por exemplo — sublinhar genericamente que o preceito fundamental do fiel é o amor; é necessário determinar, o mais concretamente possível numa si-

tuação histórica dada, como tal amor deva e possa praticar-se. Descobrir, ainda que só em base a hipóteses plausíveis, que estas indicações são já fornecidas pelos escritos neotestamentários, estimula a hermenêutica atual a não ficar no genérico.

Só alguns elementos marginais do livro são menos satisfatórios. Parece, por exemplo, que o A. insiste mais que o necessário sobre a dimensão do "radicalismo itinerante" própria da primeira geração cristão, sublinhando demais a semelhança entre os carismáticos ambulantes primitivos e os vagabundos, os marginalizados, os *outlaw* da época. "O patriarcalismo do amor", além disso, representado no NT pela organização da Igreja jerosolimitana em torno aos Doze, não é o ponto de chegada de um processo evolutivo eclesial. Os missionários sempre em viagem e a Igreja apostólica constituída e estável não devem ser considerados segundo o parâmetro da concorrência, mas como dois momentos que coexistem e se integram mutuamente (pp. 39-40). A afirmação de que o movimento de Jesus faliu na Palestina, mas teve sucesso fora dessa região e se "transformou" no cristianismo primitivo hele-nista por obra de Paulo (p. 71), é ambígua, não fundamentada e faz eco a antiquadas polémicas do século passado contra a importância histórica da pessoa de Jesus. Assim se exigiria maior precisão quando se sublinha que Paulo, reivindicando liberdade e auto-suficiência em seu ministério, utiliza os *topoi* dos filósofos cínicos itinerantes (p. 166). Não basta o uso comum dos termos para fazer essa aproximação: a fé em Cristo e a experiência do Espírito modificam completamente o modo de viver determi-

nados valores humanos, dando-lhes motivações e conteúdos totalmente

novos.

Alberto Casalegno S.J.

HARRINGTON, Wilfrid J.: *Chave para a bíblia: a revelação, a promessa, a realização / Tradução* (do inglês) Josué Xavier, Alexandre Macintyre. — São Paulo: Ed. Paulinas, 1985. 644 pp., 21x14,5 cm. (Coleção: biblioteca de estudos bíblicos) ISBN 85-05-00118-4.

O A. é professor de Sagrada Escritura na *Dominican House of Studies* e no *Milltown Institute of Theology and Philosophy* de Dublin, Irlanda. É um dos colaboradores do *New Catholic Commentary on Holy Scripture*.

Em 1965 publicou pela primeira vez sua obra que teve a apresentação prestigiosa de Roland de Vaux. Em 1971 foi traduzida para o francês com apresentação bem cuidada das Editions du Seuil. Em 1974-75 foi publicada uma segunda edição melhorada com base na edição francesa e em vista à edição italiana, de 1975. A tradução brasileira corresponde à edição americana de 1974-75.

A obra apresenta toda a Bíblia. Sete capítulos são introdutórios: 1. A palavra escrita; 2. A inspiração escriturística e a veracidade das Escrituras; 3. A interpretação das Escrituras; 4. O Cânon das Escrituras; 5. A crítica bíblica; 6. Resumo da História de Israel; 7. Resumo da História dos tempos do Novo Testamento. A apresentação do Antigo Testamento conclui com um Apêndice: O Valor e Autoridade do Antigo Testamento.

Os livros da Bíblia são agrupados sob títulos em parte diferentes dos

tradicionais: Pentateuco, História Deuteronomica, Livros Proféticos, Literatura Sapiencial, História do Cronista, Livros dos Macabeus, Escritos (Rt, Jn, Tb, Br, Dn, Est e Jt). Nova ordem aparece para os Sinóticos: Mc, Mt e Lc; depois: Atos, Cartas Paulinas, Epístolas Católicas e finalmente os Escritos Joaninos que incluem o Evangelho de João, suas Epístolas e o Apocalipse.

A leitura é facilitada pelos vários gráficos que permeiam o texto. Porém teria sido bom que, como na edição francesa, tivessem sido postos no fim do livro alguns mapas.

Quando trata da inspiração e inerrância o A. se apoia unicamente na tese de P. Benoit (o que o autor afirma no prefácio do seu original [vol. I], prefácio omitido na edição brasileira). É verdade que o P. Benoit é autoridade no assunto, mas não é a única. Ao menos deveriam ser mencionados autores como P. Grelot, N. Lohfink e L. A. Schökel.

Quando apresenta o livro da Sabedoria, simplesmente resume o trabalho de E. Osty na edição da *Bible de Jérusalem* em fascículos.

O livro apoia-se quase exclusivamente sobre bibliografia de língua inglesa e francesa. Os autores alemães são raramente citados e grandes nomes não são nem mesmo mencionados: Wellhausen, Gunkel, Dibelius, Bultmann. O mesmo se diga dos autores escandinavos. Faltou um tratamento mais específico do tema da hermenêutica bíblica.

A favor de W. J. H. está a boa disposição da matéria, uma exposição fluente e agradável. Neste sentido sua leitura é aconselhada a pessoas que, querendo superar as introduções rápidas à Sagrada Escritura, não se podem ocupar com erudição cansativa. Esta obra não substitui a Introdução à Bíblia mais conhecida no Brasil, de A. Feuillet e A. Robert, especialmente depois de refeita por H. Cazelles, A. George e P. Grelot. A obra de W. J. H. não é erudita como a Introdução ao Antigo Testamento de Otto Eissfeldt. Tudo isto porém não impede que esta obra tenha um lugar digno entre as introduções à Bíblia.

A tradução brasileira foi feita por dois tradutores e teve um revisor, trabalho que, no entanto, deixa muito a desejar. Particularmente o tradutor dos capítulos 1-7 (Josué Xavier) cometeu falhas que o revisor deixou passar. Alguns pontos:

- à p. 10, linha 19: a frase: "Na verdade o Antigo Testamento só pode ser totalmente compreendido à luz do cumprimento". O leitor imediatamente pergunta: "Qual cumprimento?", e voltando atrás vê que tal "cumprimento" é o Novo Testamento. A frase, portanto, deveria terminar: "... à luz do seu cumprimento, que é o Novo Testamento".

- à p. 11, linha 17: a palavra "res-tringida" não corresponde à idéia que o texto original traz através de "be pressed too far" que em português resulta melhor como "valorizada".

- à p. 72, 1ª linha de baixo para cima: "flesh and blood" não se traduz

literalmente por "carne e sangue" neste caso especificamente, mas por "carne e osso". Assim se entende corretamente o pensamento do A. que disse que "Abraão foi um homem de carne e osso", isto é, verdadeira figura histórica.

- à p. 76, linha 16: melhor do que "o homem que planejou o triunfo foi Hamurabi" é traduzir: "o homem que levou a cabo a hegemonia foi Hamurabi".

- à p. 106, linha 10 de baixo para cima: "ressurgência" é palavra que não se encontra nos dicionários de português, mas sim "ressurgimento".

Vários outros erros de tradução se apresentam no texto, nas notas e na bibliografia. Uma segunda edição brasileira exige uma completa revisão em confrontação com o original. São sérios os casos de repetição de títulos de capítulos, quando tais capítulos já terminaram nas páginas precedentes. Assim no alto das páginas 315-347 aparece o erro que mudou "A literatura sapiencial" em "liturgia sapiencial"; nas pp. 411. 413-423 aparece o título "Os Escritos" no lugar de, na p. 411, "Formas semíticas e gregas", e nas pp. 413-423, o título "Apêndice".

Apesar disso tudo, permanece ainda valiosa a contribuição que esta editora oferece aos estudiosos de Sagrada Escritura no Brasil, onde a bibliografia ainda é muito limitada neste campo.

Valdir Marques

VANHOYE, Albert: *Sacerdotes antiguos, Sacerdote nuevo* según el Nuevo Testamento / Tradução (do francês) Alfonso Ortiz García. — Salamanca: Sígueme 1984. 343 pp., 21,2x13,4 cm. (Coleção: nueva alianza; 90) ISBN 84-301-0941-2

O A., conhecido estudioso da Epístola aos Hebreus, quer com este trabalho oferecer uma contribuição exegética séria à discussão dogmática e pastoral em torno à qualidade sacerdotal do ministério eclesial (cf. introd. 9-10; concl. 324).

O A. parte da constatação de que o NT conhece três séries de textos relativos ao sacerdócio: uma usa o vocabulário sacerdotal com relação aos sacerdotes antigos (sejam judeus ou pagãos); outra identifica Jesus como sacerdote e sumo-sacerdote (só Hb); uma terceira série atribui o sacerdócio aos cristãos (1 Pd, Ap). De acordo a essas três séries de textos, o A. divide seu livro.

Na primeira parte (15-74), o A. faz um balanço do que o NT fala sobre o sacerdócio antigo, explica como se compreendia no AT esse sacerdócio e mostra como a questão era espinhosa para os primeiros cristãos, pois por um lado reconheciam o sacerdócio do AT e conheciam a expectativa de um Messias sacerdotal, por outro sabiam perfeitamente que Jesus não fora nem teria podido ser sacerdote no sentido do AT. O A. conclui que, apesar da aparente ruptura com o sacerdócio antigo, há certos pontos de contato entre o mistério de Cristo e o culto antigo: o vínculo entre o messias (real) e o templo (Jesus é o novo templo: Jo 2, 19), o relato da ceia (sangue da aliança) e

outros pontos que o A. julga mais problemáticos.

A segunda parte (75-246) é a mais longa, um verdadeiro comentário breve do núcleo de Hb, que mostra o A. como profundo estudioso desse escrito do NT. Com visível simpatia e admiração pela prespácia e acribia do autor de Hb, nosso A. mostra como Hb estabelece a descontinuidade e a continuidade entre AT e NT: o sacerdócio antigo fica superado pelo de Cristo, pois mostrou-se ineficaz, mas é ao mesmo tempo o que possibilita penetrar no mistério de Cristo sacerdote. O AT como lei está superado; como revelação continua válido e aclara a confissão cristológica. O que determina a qualificação sacerdotal de Cristo não são os dados do AT, mas os acontecimentos da vida de Jesus Cristo. A afirmação do sacerdócio de Cristo em Hb não é, pois, volta ao AT. O sacerdócio de Cristo não é ritual, mas existencial e muda totalmente, de uma vez por todas, a situação dos homens frente a Deus. O verdadeiro sacerdócio e o autêntico sacrifício são o sacerdócio e o sacrifício de Cristo. Ele realiza e leva à plenitude o sacerdócio antigo e assim o nega definitivamente. Cristo é — numa terminologia não usada pelo A. — sacerdote e anti-sacerdote.

O sacerdócio de Cristo é exclusivo, mas está aberto à participação (cf. Hb 10, 14), embora Hb não utilize a expressão "sacerdócio dos fiéis". Com Cristo desapareceram as separações entre Deus e o homem supostas no sacerdócio antigo e com isso os cristãos têm livre acesso a Deus e oferecem suas vidas em sacrifício a Deus pela caridade fraterna (cf. Hb 13, 15). Dos dois aspectos do sacerdócio

(culto a Deus e mediação), só o primeiro é participado pelos fiéis; o segundo fica reservado a Cristo: "Nenhum homem pode prescindir de Cristo para chegar a Deus" (231).

A mediação de Cristo se concretiza, no entanto, em forma tangível nos sacramentos da fé (alusão ao batismo em Hb 10, 22 e à eucaristia em Hb 10, 19-20; cf. 13, 10): "não se apresentam como cerimônias que tenham valor por si mesmas [sacrifícios antigos]. Seu valor provém unicamente da oferta existencial de Cristo, da que não faz mais que atualizar a presença eficaz" (240). Assim permite uma compreensão sacrificial da eucaristia, sem cair no ritualismo antigo (cf. 245-246). — A mediação sacerdotal de Cristo se manifesta também por pessoas: os dirigentes da Igreja (mencionados em Hb 13, 7 e 13, 17, sem vocabulário sacerdotal). Simpatizando evidentemente com a idéia, o A. é, no entanto, muito cauteloso ao afirmar a participação dos dirigentes na mediação sacerdotal de Cristo: "Os elementos que vão nesse sentido são certamente tênues e problemáticos, mas reunidos uns aos outros, pode ser que não sejam totalmente marginalizáveis" (242). O recenseador é de opinião que o interesse e os pressupostos dogmáticos do A. quanto à qualidade sacerdotal do ministério e quanto ao caráter sacrificial da eucaristia, se sobrepuseram aqui à objetividade exegetica.

A terceira parte (247-316) estuda os textos de 1 Pd e Ap sobre o sacerdócio dos fiéis. A 1 Pd entende o sacerdócio como característica da Igreja como todo. Ela é um "organismo sacerdotal" destinado a um "funcionamento sacerdotal" (as duas acep-

ções da palavra "hierateuma" empregada por 1 Pd). Ademais desta tese geral, o A. está preocupado em mostrar que o sacerdócio da Igreja não exclui a existência de um sacerdócio ministerial e que 1 Pd atribui a Cristo uma posição de sacerdote. Parece que é ler demais no texto. O perigo do exegeta quando se põe a sistemático é querer ler nos textos o que *sua* teologia dogmática exige. Melhor seria ser só exegeta e deixar aos sistemáticos a tarefa de resolver as aporias que surjam da investigação exegetica. Isso renova a teologia dogmática, pois obriga os teólogos a pensar em forma nova os dados da fé. De fato, a aproximação entre presbíteros (cf. 1 Pd 5, 1-4) e sacerdote é forçada (cf. 277-278). Também a interpretação de Rm 15, 16 que o A. traz aqui à baila para confirmar a qualidade sacerdotal do ministério, é criticável (cf. 279-281). Se a oblação é a própria vida no seguimento de Jesus (cf. Rm 12, 1), é natural que, de quem leva o Evangelho aos demais, seja dito que "exerce um ofício sagrado" (hierourgounta). Mas a afirmação valeria também se o evangelizador fosse um não-ministro!

A contribuição própria do Ap em seus textos sobre o sacerdócio dos fiéis consiste em unir sacerdócio e realeza e desta forma conectar estreitamente culto e vida, liturgia celeste e história terrena. Também aqui o A. tenta descobrir vestígios de um papel sacerdotal de Cristo, ainda que reconheça que "João não se detém nesta afirmação fundamental" (do caráter sacrificial da morte de Jesus) (291).

Também a outra preocupação dogmática do A., de afirmar a qualificação sacerdotal dos ministros da Igreja, volta a aparecer aqui. Mas também

não convence, como o próprio A. o observa: "Sem poder apresentar-se como certa, esta sugestão [de ver nos „anjos das sete igrejas" em Ap 1, 20 dirigentes com qualificação sacerdotal] que se apóia nos dados bíblicos [Dn 12, 3 + Ml 2, 7], vale a pena que chame nossa atenção. Contribui para completar a perspectiva" (297).

A obra contém ainda brevíssima bibliografia, índice de matérias, de referências bíblicas e índice geral.

Em que pesem as restrições feitas em nome de uma divisão de trabalhos na Teologia, a obra é de grande valor

e fornece excelente material exegético ao teólogo sistemático em sua tarefa de refletir sobre o ministério na Igreja. A conclusão do A. é sábia: "A utilização das categorias sacerdotais encerra um perigo manifesto, o de uma volta inconsciente à concepção ritual de culto do AT". Mas hoje parece cair-se no perigo contrário: ao prescindir das categorias sacerdotais, não se assimila "a concepção nova do sacerdócio, tal como se elaborou no NT" (324).

Francisco Taborda S.J.

**VV. AA.: *Israel e Judá: textos do antigo Oriente/Tradução* (do francês) Benôni Lemos. — São Paulo: Ed. Paulinas, 1985. 99 pp., 22,9x 15,7 cm. (Coleção: documentos do mundo da bíblia; 2)
ISBN 85-05-00202-4**

Este é o segundo volume da Coleção "Documentos do mundo da Bíblia", que as Edições Paulinas estão publicando a partir dos suplementos à coleção francesa chamada "Cahiers Évangile", Ed. du Cerf, Paris. Trata-se de uma série divulgativa de estudos bíblicos, muito conhecida e apreciada Europa. Os autores desta série são autoridades reconhecidas neste campo e fornecem material de primeira qualidade e atualização. Seu público porém deve ter o grau de instrução quase de nível universitário, embora não especializado, porque tais cadernos procuram simplificar a exposição de seus temas.

Este número trata de Israel e Judá, os dois reinos do povo judeu tal

como eram vistos pelos povos vizinhos, desde 1940 a.C. até 164 a.C. Para isto os autores recorrem a toda documentação extra-bíblica acessível: papiros, cacos de cerâmica com inscrições, monumentos, estátuas, estelas, obeliscos, tabuletas de argila, etc. São apresentados assim 75 textos relacionados com diferentes momentos da História de Israel de Judá.

Oito capítulos compõem o livrinho: 1. O País de Canaã; 2. Moisés e a saída do Egito; 3. A entrada em Canaã e o período dos Juízes; 4. Saul e a realeza nos seus inícios: Davi e Salomão; 5. Os reinos de Israel e Judá separados; 6. O reino de Judá na tormenta (722-587); 7. O exílio na Babilônia (587-538 a.C.); 8. Volta do exílio. Os capítulos mais extensos são 1, 5 e 6.

Pequenas mas bem cuidadas ilustrações reproduzem gravuras ou desenhos da época relacionados com os fatos da História. A apresentação gráfica da edição brasileira é tão excelente quanto a da edição francesa. A

leitura é fácil e agradável. A indicação bibliográfica porém é quase nula.

Pequenas observações à edição brasileira:

– o título ficaria melhor traduzido deste modo: “Israel e Judá a partir dos textos do Antigo Próximo Oriente”.

– nomes de dinastias devem ser postos com maiúsculas na inicial para diferenciá-los de nomes de povos, cf. p. 6: Lágidas, Selêucidas, Macabeus.

– o neologismo “ôstraco”, ausente no Novo Aurélio e desconhecido dos outros dicionários, deveria ser ao menos explicado por uma nota do tradutor.

– na p. 19, 5ª linha, soa estranha a tradução: “O poderoso rei de Te-

bas, Kamose, *dotado de vida para sempre...*”. O original certamente deveria dizer algo como: “O poderoso rei de Tebas, Kamose, – que ele viva para sempre! – era o rei benfazejo”.

Outras pequenas falhas aparecem, mas no todo o livrinho permanece um excelente trabalho, aconselhável a todos os que procuram conhecer melhor a História e a cultura relacionadas com Israel. Estudantes de Teologia, sacerdotes e até mesmo catequistas bem preparados serão recompensados com esta leitura.

Valdir Marques

NUNES, Maria José F. Rosado:
Vida religiosa nos meios populares. – Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.
297 pp., 20,8x13,7 cm.

As comunidades religiosas inseridas nos meios populares constituem fenômeno novo e peculiar da Vida Religiosa (= VR) latino-americana, nos anos pós-conciliares.

Independentemente do juízo global que sobre elas possa ser feito, das vicissitudes de sua evolução e dos impasses e correções necessários que se imponham, é difícil negar que se trata de um fato histórico, que marcou de maneira irreversível a figura da VR.

No Brasil, a relevância social e eclesial do fato tem levado alguns teólogos a se debruçarem sobre ele, na tentativa de leitura e interpretação da sua gênese, constituição e significado. É óbvia a insuficiência das cate-

gorias e tipologias tradicionais para caracterizar e dar razão da novidade que emerge nestes grupos. E, apesar disso, mesmo provisória e fragmentária, a tentativa de interpretação precisar ser feita. É nessa perspectiva que se deve situar o livro de Maria José F. Rosado Nunes.

O objetivo do texto, expresso pela própria A., é chegar à “construção teórica dessa categoria das Religiosas dos Meios Populares”. Isto é, à reconstrução pela análise, do objetivo que se encontra já constituído – ou constituindo-se – no real. Este esforço justifica-se pelo pressuposto, em que se baseia a autora, de que a VR nos meios populares “só adquire sua plena explicitação quando, pela análise, nos debruçamos sobre as determinações que a constituem, isto é, captamos sua historicidade e a inserimos numa totalidade que a ultrapassa, mas da qual é parte constitutiva”.

De acordo com este objetivo, o eixo central da reflexão gira em torno de uma constatação básica: a de que as transformações ocorridas na sociedade brasileira, — dissimétrica e dependente —, assim como as transformações em nível de Igreja, vieram a constituir, nos últimos anos, o terreno abonado para o re-surgimento da dimensão profético-contestatória, inscrita no próprio estatuto fundante do projeto religioso.

Isto significa que, neste texto, o ângulo de abordagem do fenômeno VR nos meios populares é histórico-social, chamando a atenção para o fato de que “a VR como instituição de caráter religioso, que se realiza na sociedade, e formada por pessoas situadas socialmente, só pode ser analisada tendo-se em conta esses dois elementos: sua referência fundante ao universo simbólico e sua imbricação social e eclesial”.

É a partir desta abordagem que o texto pretende também, no nível teórico, ajudar o diálogo com a crítica marxista da religião, questionando o pressuposto de que “a” religião é, *por si* necessariamente, um elemento de conservação da ordem estabelecida, e mostrando como a VR nos meios populares vem colocando o discurso fundador da VR e da própria religião católica, bem como o capital simbólico da fé cristã, a serviço da transformação social levada a cabo pelas classes populares.

A metodologia adotada pela A., de deixar falar, às vezes longamente, as protagonistas da história, isto é, as próprias religiosas dos meios populares, está em consonância com o objetivo pretendido: ouvir essas religiosas permite perceber o grau de compreensão que manifestam de sua própria

prática e do seu compromisso com a transformação da realidade a partir do povo.

A obra estrutura-se em duas partes. A primeira apresenta uma descrição do modelo de VR tradicional, vigente na Igreja universal e, conseqüentemente também no Brasil, até os anos do Concílio Ecumênico Vaticano II. Usando com agilidade uma farta bibliografia, a A. situa a VR tradicional dentro do modelo eclesial de Cristandade — aquele que a Igreja busca realizar no Brasil desde a sua implantação —, e perfaz brevemente o itinerário histórico da VR no Brasil até os anos 60. Passando pelo período colonial e imperial, pelos anos chamados da “Reforma”, e que coincidem com o final do século XIX e começo do XX, e detendo-se no período que vai dos anos 30 aos 60, o livro de Maria José caracteriza o modelo tradicional vigente na época, a partir de três eixos: — o da organização interna da VR, o da prática desenvolvida e o da legitimação, para fazer emergir o significado político-social da VR tradicional. Um segundo capítulo dessa primeira parte focaliza o que se poderia chamar a gênese histórica da VR nos meios populares, ou seja, a crise provocada pelo início de um processo transformador.

A segunda parte, mais longa, aborda o conteúdo e significado da VR nos meios populares, a nova prática desenvolvida por essas religiosas, e suas relações com a Igreja e com suas respectivas Congregações. Um último capítulo trata das mulheres religiosas na Igreja e na sociedade. Nesta segunda parte, o contexto sócio-eclesial onde se desenvolve o processo de transformação da VR é reconstituído pela autora privilegiando alguns ângu-

texto analisa criticamente o pensamento de autores que tratam o argumento e advoga pela superação do essencialismo biológico, utilizado para fundamentar a inferioridade da mulher em relação ao homem, ou para atribuir-lhe características particulares que consagram seu relegamento ao plano doméstico. — O conceito de patriarcado como explicativo da condição subalterna da mulher é considerado no pensamento de várias feministas. Para A. S., seja como lugar comum, ou com as conotações dadas pelas diferentes autoras citadas, o conceito cria problemas e suscita críticas. É necessário estudar sincronicamente as diversas manifestações da subordinação da mulher, sem limitar sua razão de ser a uma delas. A distinção entre sexo e gênero e suas implicações de ordem econômica e política no sistema capitalista contribui, segundo o pensamento da A., para resituar a mulher na sociedade, desmascarando a vinculação da condição subalterna da mulher com as necessidades do capitalismo, uma vez que para as relações capitalistas é conveniente a segregação doméstica da mulher, porque nesse âmbito, ela cumpre tarefas necessárias para a reprodução da sociedade. — A última questão abordada neste capítulo, — a mulher e as classes sociais —, faz a crítica da mulher entendida como classe social e às correntes políticas dentro do feminismo que afirmam uma identidade mecânica de interesses e necessidades nas mulheres, deduzida da sua condição de vítima do patriarcado. Através dos vários aspectos em questão nessa crítica, a A. destaca que “no seio do sujeito político mulher é necessário avaliar uma série de con-

tradições, na medida em que seus integrantes, mais além da sua pertença de gênero, divergem por outras posições de sujeito, numa gama de aspectos”, entre os quais sua pertença de classe, sua raça e religião, e suas concepções políticas acerca da libertação da mulher.

No terceiro capítulo, e a partir das reflexões feitas nos capítulos anteriores, a A. desenvolve as questões relacionadas diretamente com o argumento central do texto, — o feminismo e o âmbito da política —. É esta a parte mais concreta do trabalho de A. S.. Em primeiro lugar, trata de situar a mulher em relação ao poder: “as mulheres devemos lutar por relações simétricas de poder entre homens e mulheres, onde as diferenças entre ambos sejam politicamente irrelevantes”, o que “implica abolir as relações hierárquicas tecidas em torno às diferenças biológicas entre homens e mulheres e à sua construção social como gêneros”. Nesta perspectiva, a A. passa a distinguir aspectos da luta da mulher por relações de poder igualitários, abordando as questões do público e do privado em relação à definição de política; do Estado capitalista como campo de luta da mulher; e das formas de consciência nessa luta, para deter-se na análise das peculiaridades das organizações feministas. Aqui a A. destaca o papel político dos grupos de autoconsciência, fazendo ver que nesses grupos está presente um detonador político sempre que “a experiência pessoal se socializa e se torna política, movendo a transformações cotidianas e a ações políticas para lutar pela igualdade dos gêneros, quanto às suas possibilidades de desenvolvimento”. “Dar o passo do

pessoal vivido como político para as ações políticas concretas no âmbito do Estado e em outros, contra a condição subalterna de gênero, levanta a problemática da constituição da libertação da mulher como desafio”.

Analisando ainda as estruturas internas das organizações do movimento feminista, e a relação desse movimento com os partidos políticos, A. S. focaliza, na parte final do seu texto, a contribuição ética do feminismo. Lutar por relações igualitárias entre mulheres e homens e para que as diferenças entre ambos não sejam fonte de desigualdade entranha um conteúdo ético, e os valores que giram em torno ao conceito de igualdade de gênero são inúmeros: rejeição do corpo feminino como mercadoria, e da violência física e psíquica entre os gêneros; igualdade na tomada de decisões na sociedade; liberdade de escolha nos diversos campos da existência humana; abolição da divisão do trabalho social baseada nos gêneros; igualdade de condições na realização das diversas tarefas.

O livro de A. S. situa-se no conjunto do esforço que tem sido feito contra a discriminação de aproxima-

damente metade da população mundial pela sua condição feminina. Seu mérito reside, em grande parte, na indagação que faz a respeito das causas que sustentam este relegamento da mulher a um plano secundário na sociedade.

É possível que algumas de suas teses sejam tidas como discutíveis, e questionadas em alguns setores do feminismo e alhures, e que a linguagem utilizada pela A., sobretudo no 1º e 2º capítulo, bem como o método de trabalho seguido por ela, dificultem a exata compreensão do seu pensamento. Não se pode negar, porém, o valor do presente ensaio e a contribuição que representa para a causa de uma ação política capaz de promover a igualdade na diferença, isto é, a igualdade de direitos reais para mulheres e homens. Tendo em conta que a condição feminina está vinculada estreitamente com outras desigualdades sociais, é fácil perceber a enorme atualidade deste trabalho, que levanta a questão das relações desejáveis entre aqueles que lutam contra as dissimetrias do poder.

Maria Carmelita de Freitas F.I.
